

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

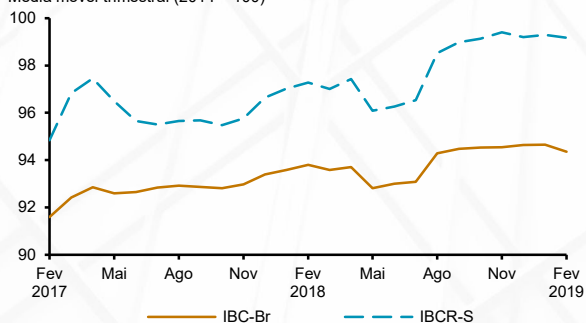
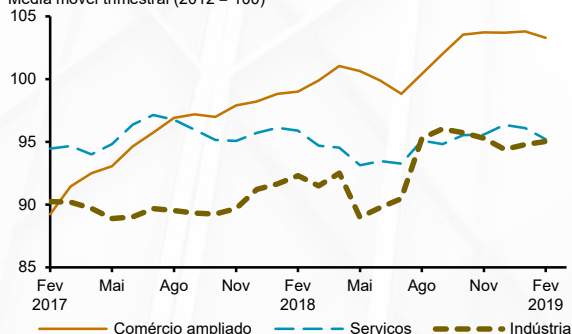


Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul

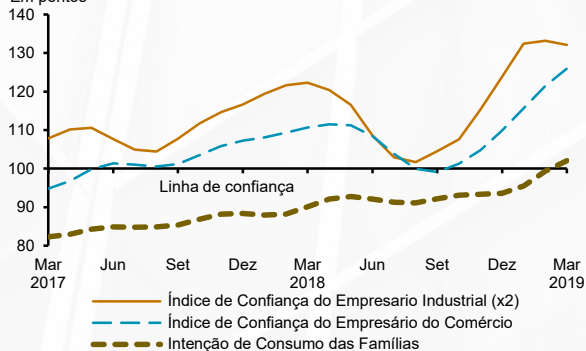
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

A evolução dos principais indicadores econômicos do Sul sinaliza moderação no processo de recuperação da atividade. Na margem, houve arrefecimento no desempenho na indústria, comércio e serviços. O IBCR-S variou -0,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em comparação ao finalizado em novembro (+0,9%), na série com ajuste sazonal. No acumulado em doze meses, o IBCR-S cresceu 2,2% em fevereiro, em relação a igual período anterior, ratificando o ritmo gradual da retomada econômica.

No âmbito dos indicadores de demanda, as vendas do comércio assinalaram recuo de 0,4% no conceito ampliado – que inclui as vendas automotivas e de material de construção – no trimestre até fevereiro, em comparação ao finalizado em novembro, quando registrara avanço de 3,3%, segundo dados dessazonalizados da PMC do IBGE. O volume comercializado decresceu em metade das dez atividades incluídas na pesquisa, principalmente o comércio de móveis e eletrodomésticos e de material de construção.

A despeito da moderação no curto prazo, o resultado em doze meses ratifica a tendência de crescimento das vendas – o comércio ampliado aumentou 5,9%, na comparação com igual período anterior, e, com exceção das vendas de impressos, houve expansão em todos os segmentos, com destaque para as vendas automotivas (11,3%). Dados mais recentes para esse segmento indicam continuidade da expansão ainda que em menor ritmo. No acumulado de doze meses até março, o número de licenciamentos de veículos e comerciais leves (*proxy* de vendas de carros novos) aumentou 10,4%, relativamente a igual intervalo encerrado em março de 2018, segundo a Fenabrave. Considerando dados isentos de influências sazonais, o primeiro trimestre assinalou involução de 4,3% no número de licenciamentos, relativamente ao último trimestre de 2018.

A tendência de crescimento das vendas, aliada à redução das incertezas impactou positivamente a confiança dos agentes. O Icec da CNC – que mede a

confiança dos empresários do comércio – atingiu 126 pontos¹⁴ no primeiro trimestre, ante 109,9 pontos no imediatamente anterior. Também com expectativas positivas, o ICF passou para zona otimista no primeiro trimestre, o que não ocorria desde o segundo trimestre de 2015. O ICF da CNC totalizou 102,1 pontos no período (93,6 pontos no quarto trimestre de 2018), sendo que, dos sete componentes do indicador, destacaram-se as avaliações positivas relativamente à renda e emprego atuais, bem como quanto às perspectivas de consumo.

O volume prestado de serviços não financeiros diminuiu 0,4% no trimestre encerrado em fevereiro, anulando o avanço observado no trimestre até novembro, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Com exceção da atividade de transportes, que assinalou relativa estabilidade no período, houve queda nos demais segmentos. Em doze meses até fevereiro, a prestação de serviços recuou 0,7%, relativamente a igual período anterior.

De forma geral, o mercado de trabalho segue em ritmo de recuperação – no trimestre até fevereiro, o volume da criação de vagas superou em mais de três vezes ao do mesmo período de 2018, totalizando 36 mil novos postos, de acordo com dados do Caged. A exemplo do ocorrido nos trimestres anteriores, esse movimento foi liderado pelo setor de serviços, seguido pelas contratações na indústria, refletindo, entre outros, as admissões sazonais da indústria fumageira no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Não obstante o aumento observado nas contratações, observou-se dispensa de trabalhadores no comércio, em linha com o arrefecimento das vendas no período. Considerando dados isentos de influências sazonais, o nível de emprego cresceu 0,6% no trimestre até fevereiro, em relação ao encerrado em novembro, consistindo no sétimo aumento consecutivo em bases trimestrais.

A taxa de desocupação no Sul atingiu 7,3% no quarto trimestre de 2018, de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, apresentando melhora relativamente ao mesmo período de 2017. A evolução decorreu do aumento mais intenso na população ocupada (sobretudo de empregados do setor privado com carteira) relativamente à força de trabalho. Considerados dados com ajuste sazonal, o desemprego manteve-se estável na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2018, em 8,0%.

Tabela 5.1 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

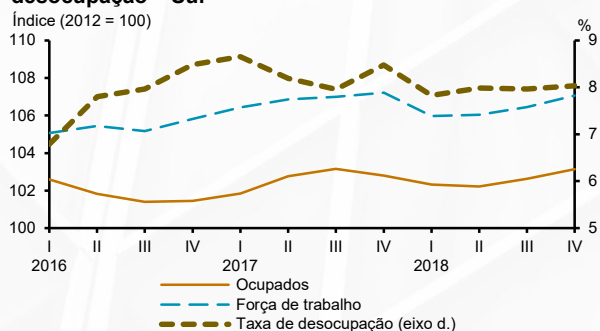
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2018		2019		
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	11,1	21,0	-7,3	68,8	36,0
Indústria de transformação	5,4	13,0	-13,3	-0,8	10,0
Comércio	-6,9	-2,5	-4,6	33,4	-2,1
Serviços	10,1	22,4	13,8	27,8	18,6
Construção civil	-3,3	4,6	-0,2	0,0	0,1
Agropecuária	8,2	-17,7	-2,9	7,6	10,0
Serviços ind. de utilidade pública	-0,4	0,0	0,1	0,8	0,4
Outros ^{2/}	-2,0	1,2	-0,3	0,0	-1,1

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.4 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Sul^{1/}



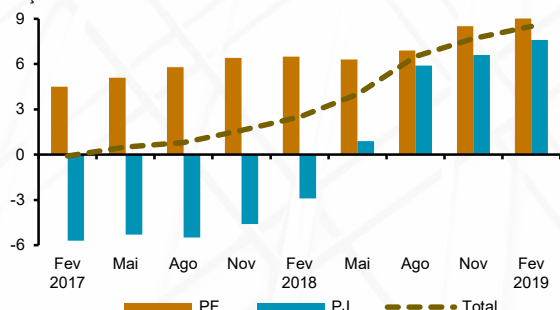
Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

1/ Dados dessazonalizados.

14/ 100 pontos indicam neutralidade.

Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

Tabela 5.2 – Produção agrícola – Sul
Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/} 2019	Varição % 2019/2018
Grãos	73,0	76 991	3,3
Soja	47,1	37 320	-4,7
Milho	11,3	24 602	29,6
Arroz	9,3	8 612	-10,5
Feijão	2,5	903	11,8
Trigo	2,2	4 497	-5,2
Outras lavouras			
Fumo	7,8	746	-4,4
Mandioca	3,7	5 093	4,7
Cana-de-açúcar	3,4	43 005	-0,1
Uva	1,8	766	-18,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2019.

A comparação interanual revela crescimento real de 1,8% na massa de rendimentos recebido, em linha com a média para o país, 1,7%.

O estoque total de crédito no Sul ultrapassou R\$661 bilhões em fevereiro, com expansão de 1,8% no trimestre e de 8,5% em doze meses. O saldo das operações com recursos livres – que destaca as participações das modalidades de capital de giro e de crédito consignado – evoluiu de forma relativamente homogênea entre os segmentos de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ), crescendo 2,7% na comparação trimestral. As maiores variações foram observadas nas modalidades de financiamento de veículos a pessoas jurídicas¹⁵ (16,0%) e de crédito pessoal não consignado (7,7%). A carteira de crédito com recursos direcionados, em grande parte composta pelos financiamentos do BNDES e os financiamentos imobiliários às famílias, expandiu 0,9% no trimestre, com variações de 2,0% nos empréstimos a pessoas físicas e de -1,1% a pessoas jurídicas. A taxa de inadimplência das operações de crédito na região situou-se em 2,3% no trimestre encerrado em fevereiro, refletindo taxas de 2,1% na inadimplência dos empréstimos às empresas e 2,4% às famílias.

Considerando os indicadores de oferta, as estimativas iniciais para a safra agrícola de 2019 sinalizam crescimento de 3,3% na produção regional de cereais, leguminosas e oleaginosas, após diminuição de 11,3% observada em 2018. A previsão de alta anual reflete, principalmente, a estimativa de crescimento de cerca de 30% na safra de milho, em contraposição à quebra da safra de soja (em SC e no PR), cultura com participação de 47% na safra de grãos regional. Adicionalmente, estima-se queda na safra regional de arroz – o Sul responde por 82% da produção nacional –, refletindo redução na área colhida e o impacto do excesso de chuvas sobre a produtividade. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os rizicultores têm mantido a produção ajustada ao consumo, priorizando investimentos em produtividade através da utilização de melhor pacote tecnológico. Dentre as demais lavouras, ressalte-se menores áreas colhidas para fumo e mandioca, com variações estimadas para a produção de -4,4% e 4,7%, na ordem.

A atividade industrial do Sul apresentou leve retração no trimestre finalizado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, em comparação ao trimestre

15/ Ver detalhes no Boxe “Crédito e dinâmica recente do setor automobilístico”, no Relatório de Inflação de março de 2019.

Tabela 5.3 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	Pesos ^{1/}	2018		2019
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	0,0	-0,3	4,3
Produtos alimentícios	19,7	-4,1	5,9	-5,4
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	8,3	1,5	21,4
Máquinas e equipamentos	8,8	-1,6	1,4	6,5
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-8,2	-6,4	12,3
Outros produtos químicos	5,7	-4,4	-6,0	-3,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

encerrado em novembro, quando permanecera estável. Das dezoito atividades incluídas na pesquisa, houve recuo em onze, especialmente no refino e derivados de petróleo e na fabricação de outros produtos químicos. Apesar do resultado na margem, a indústria registra crescimento de 4,3% no acumulado de doze meses até fevereiro, movimento liderado pela produção de automóveis.

O Nuci atingiu 70% em fevereiro (2 p.p. acima do observado em igual mês de 2018), o maior nível de utilização na indústria dentre as regiões, segundo a Sondagem Industrial da CNI. A despeito da elevada capacidade ociosa e de oscilações na evolução da atividade fabril regional os empresários do setor estão mais confiantes – o Ipei da CNI totalizou 64,5 pontos no primeiro trimestre do ano, ante 61,2 pontos em igual período de 2018.¹⁶

Tabela 5.4 – Comércio exterior – Sul

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	11 665	10 337	-11,4
Básicos	4 496	3 845	-14,5
Industrializados	7 169	6 492	-9,4
Semimanufaturados	1 052	1 307	24,3
Manufaturados	6 117	5 185	-15,2
Importações	8 870	9 362	5,5
Bens de capital	1 119	1 114	-0,5
Bens intermediários	5 237	5 902	12,7
Bens de consumo	1 664	1 736	4,4
Combustíveis	849	608	-28,4
Saldo comercial	2 795	976	-65,1

Fonte: Ministério da Economia

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2018			Fevereiro de 2019		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida ^{2/}	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal ^{3/}		Primário	Nominal ^{3/}
PR	13 326	366	1 529	13 281	246	1 342
RS	90 337	1 037	6 460	92 235	1 330	6 481
SC	16 519	943	2 116	16 115	634	1 750
Total (A)	120 182	2 345	10 105	121 631	2 211	9 574
Brasil^{4/} (B)	881 327	-4 776	54 505	865 996	-3 650	52 291
(A/B) (%)	13,6	-49,1	18,5	14,0	-60,6	18,3

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

16/ 50 pontos indicam neutralidade.

O comércio externo da região apresentou *superavit* de US\$976 milhões no primeiro trimestre de 2019, 65,1% abaixo do registrado em igual período de 2018. As exportações, incluindo as plataformas para exploração de petróleo no âmbito do Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro) diminuíram 11,4%, influenciadas pela redução de 14,5% nas vendas de básicos e de 15,2% na de manufaturados. Destaque-se, em sentido contrário, o crescimento de 24,3% nas vendas de semimanufaturados, devido, principalmente à celulose. Desconsideradas as plataformas, a redução das vendas atingiu 6,8% no *quantum* e 4,2% nos preços. Na mesma base de comparação, as importações da região cresceram 5,5%, destacando as compras de insumos industriais, em linha com a recuperação gradual da produção fabril. O aumento das importações decorreu da elevação de 13,7% nas quantidades transacionadas e redução nos preços. Os principais parceiros comerciais foram China, Estados Unidos e Argentina.

No âmbito fiscal, o *deficit* primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Sul diminuiu 5,7% em doze meses até fevereiro, em relação ao encerramento de 2018, repercutindo a trajetória dos fluxos de Santa Catarina e Paraná, haja vista a elevação do *deficit* do Rio Grande do Sul (RS). Essa melhora relativa da região implicou recuo de 5,3% no *deficit* nominal, nessa base de comparação. O estoque da dívida pública aumentou 1,2% no período.

Tabela 5.6 – IPCA – Sul

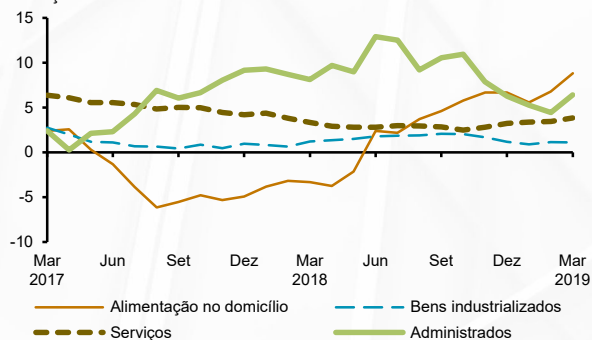
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018			2019
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	2,35	0,58	0,36	1,23
Livres	74,9	1,36	0,10	1,06	1,42
Alimentação no domicílio	16,5	4,34	-1,27	2,09	3,49
Bens industrializados	24,5	0,72	0,08	0,13	0,16
Serviços	33,9	0,43	0,79	1,25	1,34
Administrados	25,1	5,37	1,98	-1,64	0,68
Principais itens					
Alimentação	25,2	3,32	-0,69	1,77	2,70
Habitação	16,0	3,92	2,81	-0,67	0,37
Artigos de residência	4,2	1,14	0,75	1,86	0,53
Vestuário	6,1	0,86	-0,34	0,23	-1,33
Transportes	18,5	2,59	0,46	-0,72	0,43
Saúde	12,0	2,08	0,91	-0,27	1,73
Despesas pessoais	10,4	0,66	1,11	0,97	1,13
Educação	4,3	0,18	-0,14	0,18	4,06
Comunicação	3,3	0,21	0,00	0,06	-0,33

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2019.

Gráfico 5.6 – IPCA – Sul

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

A arrecadação de ICMS atingiu R\$85,7 bilhões, no acumulado em doze meses até fevereiro, 0,9% inferior à registrada em igual período do ano anterior, em termos reais. Essa evolução destoa do resultado positivo atingido nos oito trimestres anteriores. No mesmo intervalo, as transferências da União para o Sul totalizaram R\$25,7 bilhões, mantendo-se estáveis, em termos reais, em relação aos doze meses anteriores.¹⁷

O IPCA na região Sul¹⁸ variou 1,23% no primeiro trimestre de 2019, 0,87 p.p. acima do último trimestre do ano anterior, refletindo aceleração nos preços livres e reversão da queda nos preços administrados. A maior pressão para alta do indicador adveio dos preços da alimentação no domicílio, especialmente alimentos *in natura*, e semielaborados (feijão e carnes). Refletindo movimento sazonal, observou-se, adicionalmente, aumento dos custos dos serviços de educação e de alimentação fora do domicílio. O segmento de preços monitorados, que registrara deflação no trimestre anterior, foi impactado pelo reajuste na tarifa de ônibus urbano, taxa de água e esgoto e plano de saúde, cuja contribuição conjunta se sobrepôs ao impacto da redução no preço da gasolina. O índice de difusão – proporção dos bens com elevação de preço – atingiu 54,8% no primeiro trimestre, ante 53,9% no anterior.

Em doze meses até março, o IPCA acumulou variação de 4,59% (2,80% até março de 2018), pressionado pelo segmento de livres, basicamente pela trajetória de recrudescimento nos preços de alimentação no domicílio.

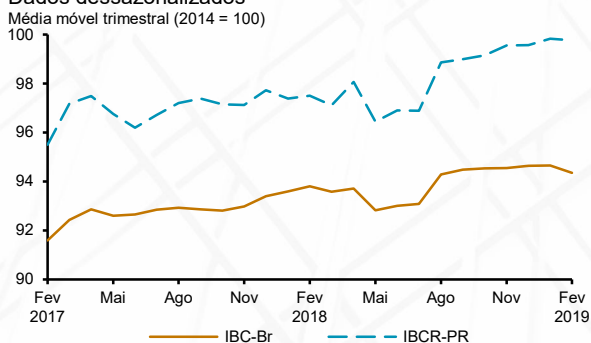
Os resultados dos principais indicadores econômicos no último trimestre – em cenário de subutilização dos fatores produtivos – apontam para o arrefecimento do crescimento econômico do Sul, perspectiva corroborada pela discreta reação do mercado de trabalho. De outra parte, a atividade regional segue favorecida pelo comportamento benigno do mercado de crédito e pelo resultado projetado para o setor agrícola, que impactará positivamente no curto prazo, haja vista a concentração de colheitas de verão. Por fim, registre-se que os agentes econômicos se mantiveram otimistas no primeiro trimestre de 2019, porém com recuo nas avaliações no último mês do intervalo considerado.

17/ Corrigidas pelo IGP-DI.

18/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos dessas regiões na composição do IPCA nacional.

5.1 Paraná

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná
Dados dessazonalizados



O PIB estadual decresceu 0,6% em 2018, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparde), refletindo os recuos no valor adicionado da agropecuária (3,8%, redução em milho, soja e feijão) e de serviços (0,4%) e a estabilidade na indústria (expansão em refino de petróleo, material de transporte e celulose e papel, contrabalançadas pelo declínio na produção de alimentos). Resultados mais recentes reforçam a moderação no ritmo de crescimento da economia estadual – o IBCR-PR subiu 0,2% no trimestre encerrado em fevereiro, comparativamente ao finalizado em novembro (0,7%), segundo dados dessazonalizados, favorecido pela produção agrícola e industrial. Em doze meses, a atividade paranaense cresceu 1,8% em fevereiro, ante 1,3% em novembro, relativamente a iguais períodos anteriores.

Tabela 5.1.1 – Comércio varejista e ampliado – Paraná

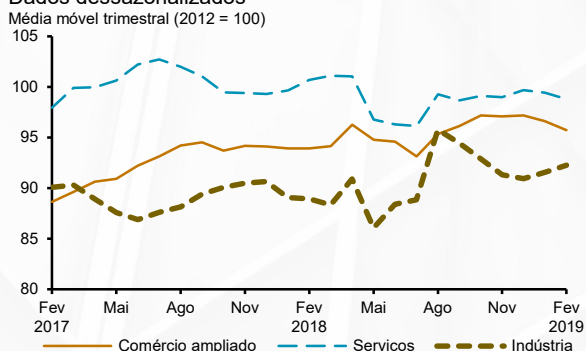
Setores	Variação % no período			
	2018 Ano	2019 Nov ^{1/}	2019 Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,3	0,9	-2,4	1,7
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	6,0	-15,4	-4,6
Hiper e supermercados	1,9	0,9	1,1	1,8
Tec., vest. e calçados	-9,4	0,1	1,3	-9,3
Móveis e eletrodomésticos	4,6	-2,3	-3,5	2,6
Comércio ampliado	3,2	1,8	-1,4	3,0
Automóveis e motocicletas	5,0	5,2	1,7	5,8
Material de construção	5,7	1,0	-3,4	5,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

No âmbito da demanda, o comércio paranaense vem registrando retomada mais discreta, comparativamente aos demais estados do Sul, e com desempenho inferior à média para o país. No trimestre até fevereiro, o volume de vendas recuou 1,4% no conceito ampliado – que inclui automóveis e material de construção, com destaque para o significativo decréscimo nas vendas de combustíveis. O volume comercializado em doze meses até fevereiro expandiu 3,0%, ante médias de 5,9% na região e 4,9% no país. Dados dessazonalizados da Fenabreve indicam desaceleração nas vendas de veículos. O número de licenciamentos retraiu 6,7% no primeiro trimestre, ante o trimestre anterior, e 2,6%, em relação a igual período de 2018.

Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR
Dados dessazonalizados



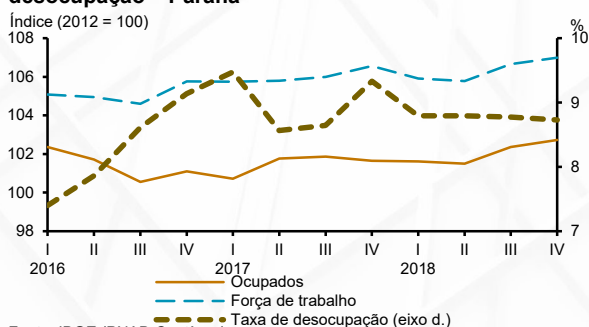
Fonte: IBGE

Em movimento diverso do registrado pelo IBGE, pesquisa mensal da Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio-PR) revelou alta de 9% nas vendas ao varejo paranaense no primeiro bimestre de 2019, ante igual período do ano anterior, especialmente lojas de departamentos, materiais de construção e concessionárias de veículos. Dentre os locais pesquisados, destaque para Londrina, região Oeste, Curitiba e região metropolitana. Ressalte-se, contudo, o maior número de dias úteis em fevereiro deste ano. Ainda de acordo com a Fecomércio-PR, as perspectivas de consumo das famílias curitubanas aumentaram significativamente no primeiro trimestre, influenciadas por expectativas positivas para o emprego. O ICF alcançou 112,9 pontos na média trimestral – variações de 10,3% e 5,3% comparativamente às registradas em dezembro

e em igual período de 2018. A intenção de consumo é maior entre as famílias com renda superior a dez salários mínimos, mas permanece acima de 100 pontos (limiar de satisfação com o nível de consumo) também nas que recebem abaixo desse valor.

O volume de serviços recuou 0,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, conforme dados dessazonalizados da PMS do IBGE, repercutindo, principalmente, reduções no volume de serviços de informação e de transportes. No acumulado em doze meses até fevereiro, o volume de serviços acentuou a queda, passando de 1,0% em novembro para 1,9% em fevereiro, relativamente a iguais período anteriores.

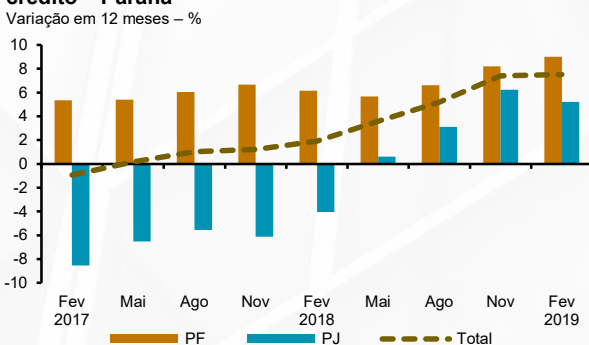
Gráfico 5.1.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Paraná^{1/}



No mercado de trabalho, observou-se criação de 561 postos formais no trimestre finalizado em fevereiro, ante perda de 5,6 mil vagas no mesmo período de 2018, conforme dados do Caged. Destacou-se no período o setor de serviços, com a criação de 5,3 mil vagas – sendo 3,1 mil em administração de imóveis e serviços prestados às empresas, que foram parcialmente compensadas pela eliminação de 3,5 mil empregos na indústria de transformação, tendo em vista que o movimento sazonal de redução de vagas em dezembro não foi revertido no primeiro bimestre de 2019.

A taxa de desocupação no último trimestre de 2018 apresentou diminuição de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando 7,8% de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. Na série com ajuste sazonal, observou-se relativa estabilidade na taxa de desocupação, que atingiu 8,7% no quarto trimestre, ante 8,8% no terceiro, decorrente da elevação da ocupação acima da observada na força de trabalho. Na comparação interanual, a massa de rendimento habitualmente recebido pelos trabalhadores cresceu 4,1% em termos reais, superior às variações observadas para o Sul e para o Brasil (1,8% e 1,7% respectivamente).

Gráfico 5.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná^{1/}



O saldo nominal das operações de crédito no Paraná cresceu 7,5% em fevereiro, em comparação a fevereiro de 2018, totalizando R\$227,2 bilhões. A expansão interanual refletiu o aumento de 5,2% nas operações contratadas com pessoas jurídicas e de 9,0% no estoque com pessoas físicas. No trimestre, observa-se incremento de 1,4% no total de crédito ante o trimestre anterior, resultado da combinação de variações de -0,1% no saldo a pessoas jurídicas e 2,4% para pessoas físicas. Destaca-se, no

segmento de recursos livres, a variação trimestral nas operações com títulos descontados (9,1%) e, no crédito direcionado, o avanço de 1,0% nos financiamentos a pessoas físicas com recursos do BNDES. A inadimplência totalizou 2,5% da carteira em fevereiro de 2019, recuando 0,6 p.p. comparativamente à taxa apresentada no mesmo mês do ano anterior.

No âmbito dos componentes da oferta, o LSPA de março do IBGE estima crescimento de 4,3% na safra paranaense de grãos em 2019, totalizando 36,6 milhões de toneladas (15,9% da produção nacional). Condições climáticas desfavoráveis na safra de verão impactaram a produção de soja, com estimativa de retração de 15,2%; e de feijão 1ª safra, recuo de -19,4%, refletindo também a diminuição da área cultivada, dados os baixos preços da leguminosa à época do plantio. Na lavoura de milho 1ª safra, observou-se aumento na área plantada (7,8%) e na produção (7,2%). Para a segunda safra, estimam-se expansões de 5,5% e de 44,8%, na ordem, na área colhida e na produção de milho, e de 14,3% e 58,6%, respectivamente, para o feijão, dada a reversão nos preços. Dentre as demais lavouras, destaque para o crescimento na produção de mandioca (8,6%) e estabilidade na de cana-de-açúcar.

Tabela 5.1.2 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018	2019	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-4,7	1,1	3,4
Produtos alimentícios	22,7	-7,3	13,6	-8,2
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-6,5	-6,5	12,8
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-3,4	1,4	17,9
Máquinas e equipamentos	6,7	-3,2	6,6	5,3
Celulose e prod. papel	5,5	-4,2	0,6	2,2
Outros produtos químicos	4,7	0,1	-7,6	3,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 5.1.3 – Comércio exterior – Paraná

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	3 866	3 443	-11,0
Importações	2 716	2 950	8,6
Saldo comercial	1 150	493	-57,1

Fonte: Ministério da Economia

A produção industrial, com comportamento misto e flutuações na margem, cresceu 1,1% no trimestre encerrado em fevereiro, após recuo de 4,7% no finalizado em novembro, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM, do IBGE. Verificou-se aumento na produção em sete dos treze setores pesquisados, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios e de máquinas e equipamentos. Em doze meses, observa-se recuperação de 3,4% na produção fabril paranaense, com contribuições positivas dos segmentos de veículos e de derivados de petróleo, e negativa da fabricação de produtos alimentícios.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$493 milhões no primeiro trimestre de 2019, 57,1% inferior ao do mesmo período de 2018. Houve recuo generalizada das exportações no período, 11,0% no total (6,0% nos preços e 5,3% nas quantidades), sendo 12,8% em produtos manufaturados, 7,5% em produtos básicos e 11,9% em semimanufaturados. Dos principais produtos exportados pelo Paraná destacou-se a celulose, com um incremento de 25,7% nas vendas. Quanto aos países de destino sobressaíram as vendas para a Colômbia, com

Tabela 5.1.4 – IPCA – RMC

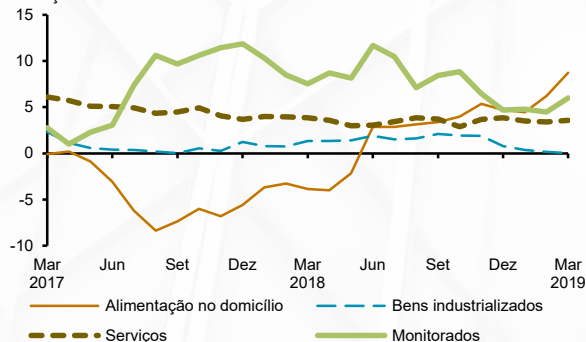
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018		2019	
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	2,09	0,65	0,15	1,03
Livres	75,4	1,12	0,13	0,75	1,27
Alimentação no domicílio	14,9	5,68	-2,82	1,61	4,20
Bens industriais	25,6	0,03	0,32	-0,30	-0,04
Serviços	34,8	0,07	1,28	1,16	1,02
Monitorados	24,6	5,10	2,21	-1,61	0,29

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2019.

Gráfico 5.1.5 – IPCA – RMC

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

crescimento de 113,7% do valor dos embarques. Por outro lado, as importações aumentaram 8,6%, com destaque para bens intermediários (adubos e fertilizantes) e bens de consumo (automóveis de passageiros). As principais origens das aquisições paranaenses foram a Argentina e o México, com aumentos respectivos de 60,0% e 231,7% em relação ao primeiro trimestre de 2018.

A inflação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) acelerou no primeiro trimestre de 2019, impactada pelo crescimento dos preços livres e reversão, para alta, dos preços monitorados. Dentre os livres, alimentação no domicílio e serviços responderam por 0,98 p.p. da variação trimestral. No primeiro segmento, destacaram-se os aumentos nos preços de feijão (74,12%, ante 7,69% no trimestre finalizado em dezembro) – em resposta à redução da safra – e de alimentos *in natura*, especialmente batata-inglesa, cenoura, cebola e ovos. Em serviços, ênfase para o comportamento sazonal dos preços de educação, além das elevações em hospitalização e cirurgia, e conserto de automóvel. A trajetória dos preços monitorados repercutiu os reajustes na tarifa de ônibus urbano (5,41%), gasolina (0,70%), plano de saúde (2,42%) e ônibus intermunicipal (3,70%). Indicando maior generalização nos reajustes de preços, o índice de difusão atingiu 51,3% no primeiro trimestre, ante 44,5% no anterior.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMC variou 3,99% em março (3,38% em 2018), com aceleração nos preços livres, impactada pelo recrudescimento nos preços de alimentação no domicílio (de 4,71% para 8,73%) e aceleração em monitorados, em movimento contrário ao registrado para bens industrializados e serviços.

5.2 Rio Grande do Sul

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2014 = 100)

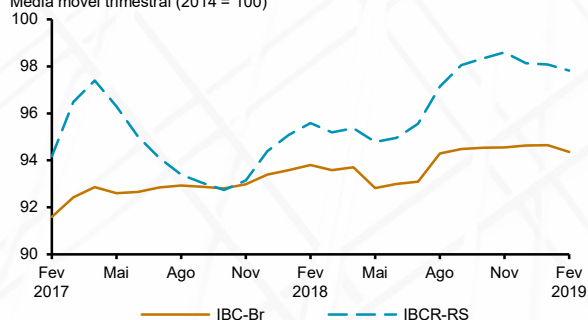
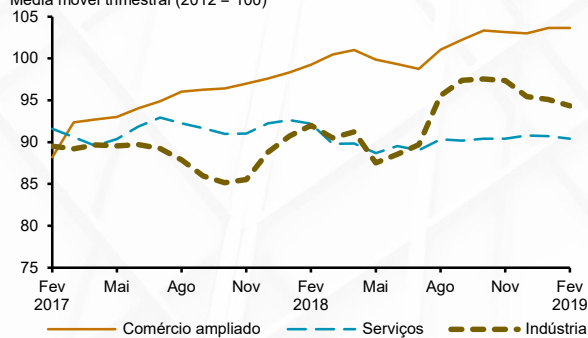


Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2012 = 100)



Fonte: IBGE

A atividade econômica gaúcha, medida pelo IBCR-RS, recuou 0,8% no trimestre encerrado em fevereiro, anulando parcialmente a expansão observada no trimestre anterior (1,5%). A evolução repercutiu, especialmente, o desempenho negativo da produção industrial, que tem se caracterizado por flutuações no curto prazo. Considerando o acumulado em doze meses, a variação do IBCR-RS acelerou de 2,1% em novembro para 2,6% em fevereiro, indicando dinamização do processo de recuperação da economia gaúcha.

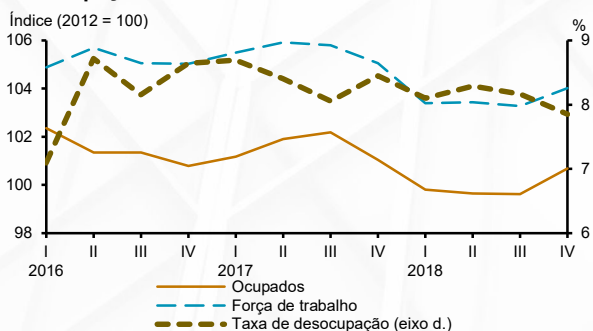
O crescimento das vendas do comércio ampliado desacelerou de 2,1% no trimestre até novembro para 0,5% até fevereiro, segundo a PMC do IBGE, dados dessazonalizados, com crescimento em cinco das dez atividades analisadas, destacando-se os desempenhos em impressos e combustíveis. Por outro lado, evidenciou-se retração no segmento de materiais de construção. O desempenho em doze meses até fevereiro aponta crescimento de 6,3% – ante 4,9% na média nacional – impactado, especialmente, pelos setores automotivo e de tecidos, vestuário e calçados. Corroborando a recuperação no segmento de automóveis, o licenciamento de veículos e comerciais leves acumulou alta de 9,2% em doze meses até março, segundo Fenabreve. Na margem, houve variação de -0,2% no primeiro trimestre do ano, em comparação ao imediatamente anterior, considerados dados dessazonalizados.

Os indicadores de confiança do comércio apontam melhora do sentimento dos agentes, mas permanecem em áreas divergentes: otimismo para os empresários e pessimismo para as famílias. Nesse sentido, o Icec atingiu 122,7 pontos no primeiro trimestre, 13,8 pontos acima do registrado ao final de 2018, com a percepção das condições atuais passando a ser favorável em fevereiro de 2019, após sessenta meses de avaliações pessimistas. De outra parte, a cautela do empresariado se manifesta no indicador sobre a intenção de investimentos, que se situou em 94,7 pontos (100 pontos indicam neutralidade). O ICF, que mede a confiança das famílias, passou de 83,4 pontos no quarto trimestre de 2018 para 88,9 pontos no primeiro desse ano. Note-se percepções distintas entre o pessimismo das famílias com renda de até 10 salários mínimos e o otimismo daquelas com renda maior.

O volume de serviços prestados no estado manteve-se relativamente estável pelo segundo trimestre consecutivo, conforme dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Esse comportamento resultou de elevações no volume de serviços prestados às empresas e de serviços de informação, combinadas por decréscimos nos demais segmentos. Em doze meses, o recuo de 1,5% na prestação de serviços repercutiu as retrações em serviços de informação e de transportes.

Segundo o Caged, foram criados 12,6 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em fevereiro (5,3 mil em igual período de 2018), considerando todos os setores da economia gaúcha. O resultado refletiu, principalmente, os avanços nas vagas da indústria de transformação, concentradas nos setores de borracha, fumo, couros e calçados, com 4,6 mil novas vagas. Note-se, a esse respeito, que a contratação para a colheita do fumo é feita pela indústria fumageira.

Gráfico 5.2.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Rio Grande do Sul^{1/}

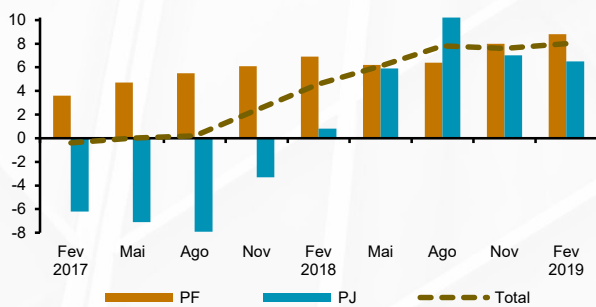


Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

A taxa de desocupação no estado atingiu 7,4% no último trimestre de 2018, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. A redução de 0,5 p.p. na comparação com igual período de 2017 não ocorreu em cenário de recuperação do mercado de trabalho, pois repercute retrações na população ocupada e, de forma mais intensa, na força de trabalho, ampliando o desalento. Descontados fatores sazonais, o desemprego caiu 0,3 p.p em relação ao trimestre anterior, atingindo 7,9% da força de trabalho do estado. A comparação interanual revela relativa estabilidade na massa real de rendimento habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas (0,1%), descolando-se da evolução mais benigna do indicador para o Sul e o Brasil na mesma base de comparação, 1,8% e 1,7% respectivamente.

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul^{1/}

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O mercado de crédito no estado apresentou dinâmica favorável no trimestre encerrado em fevereiro, com elevação nos saldos tanto a pessoas físicas quanto jurídicas. O montante de operações atingiu R\$222,2 bilhões no segundo mês de 2019, variando 2,0% no trimestre e 8,0% em doze meses. Na margem, as operações contratadas por pessoas jurídicas elevaram-se 1,1%, com destaque para o crescimento dos financiamentos à importação e de veículos, ambos com recursos livres. O crédito para pessoas físicas totalizou R\$141,1 bilhões, 2,6% acima do trimestre anterior, sobressaindo os empréstimos não consignados e os financiamentos de veículos. A inadimplência total situou-se em 2,4%, com recuos de 0,6 p.p. na comparação com fevereiro do ano anterior.

Tabela 5.2.1 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/}	Em mil toneladas	
		Produção ^{2/}	Variação %
		2019	2019/2018
Grãos	76,6	33 901	2,4
Soja	48,6	18 664	6,4
Arroz	18,5	7 375	-12,2
Milho	6,8	5 706	25,0
Trigo	1,5	1 426	-18,7
Feijão	0,7	96	1,4
Outras lavouras			
Fumo	8,9	367	2,2
Uva	3,3	906	-6,0
Mandioca	3,0	644	-21,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2017.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2018.

Relativamente às condições de oferta, a estimativa do LSPA de março, do IBGE, para a produção estadual de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2019 alcança 33,9 milhões de toneladas (2,4% superior a de 2018). Destacam-se no levantamento, a expansão de 6,4% prevista para a produção de soja, favorecida pelo aumento de 2,1% na área colhida, que substituiu, em algumas regiões, cultivos de arroz. Para a rizicultura, que responde por 18,5% do valor da produção gaúcha de grãos (PAM 2017) projeta-se retração de 12,2% na quantidade produzida, a partir de área colhida 9,0% menor. Destaque-se, ainda, a expansão na lavoura de milho, estimada em 5,7 milhões de toneladas, cuja área colhida e a produção aumentaram 9,6% e 25,0%, respectivamente. Terceiro produto da pauta agrícola gaúcha, a produção de fumo deve crescer 2,2%, ancorada em produtividade, pois espera-se retração de 3,9% na área colhida. Assinale-se, por outro lado, a estimativa de maiores produções de batata-inglesa (10,3%) e tomate (6,9%), e menores de uva (6,0%) e mandioca (21,7%).

Tabela 5.2.2 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2018	2019	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	1,9	-3,2	5,9
Produtos alimentícios	16,4	-2,2	-0,3	-2,8
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	22,5	-9,5	30,5
Máquinas e equipamentos	12,0	-1,2	-6,4	8,4
Outros produtos químicos	10,3	-4,0	-5,6	-5,6
Artef. couro e calçados	8,9	4,2	-1,1	3,1
Produtos de metal	8,5	5,3	2,0	12,2
Produtos de borracha e plástico	5,0	-1,7	-7,1	-6,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

No setor fabril, a produção recuou 3,2% no trimestre finalizado em fevereiro, na comparação com o encerrado em novembro, conforme a PIM-PF Regional do IBGE, destacando as retrações em veículos (após forte alta no trimestre anterior), borracha e plástico, máquinas e equipamentos e outros produtos químicos. Observe-se que a volatilidade da produção tem caracterizado a indústria gaúcha, cujo desempenho fora superior à nacional nos dois trimestres anteriores. A despeito da oscilação na margem, o Nuci, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), tem registrado tendência de crescimento desde 2017, com interrupção em maio de 2018, em decorrência da paralisação dos caminhoneiros. Em linha com essa retomada, no acumulado em doze meses, o produto industrial apresenta bom resultado, liderado pela indústria automotiva e de produtos de metal (estruturas para parques eólicos). Esse processo condicionou a confiança dos empresários industriais, que permanece em área que denota otimismo – o Icei da Fiergs atingiu 66 pontos¹⁹ no primeiro trimestre, ante 62 pontos no quarto trimestre de 2018, com avaliação positiva nos seis componentes pesquisados.

A balança comercial do Rio Grande do Sul registrou *superavit* de US\$2,6 bilhões no primeiro trimestre de 2019, montante 21,6% inferior ao do mesmo período de 2018. Desconsiderando as exportações de

Tabela 5.2.3 – Comércio exterior – RS

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões		
	2018	2019	Var. %
Exportações	5 832	4 972	-14,8
Importações	2 475	2 339	-5,5
Saldo comercial	3 357	2 633	-21,6

Fonte: Ministério da Economia

19/ 50 pontos indicam neutralidade.

plataformas de petróleo em ambos os períodos, os embarques recuaram 14,2%, com queda de 11,0% no *quantum*. Os principais produtos exportados foram celulose, fumo, soja e derivados, carne de frango e automóveis e os maiores mercados compradores foram China, Estados Unidos e Argentina, destacando-se o crescimento das exportações para o Japão, que subiu 139,8%, colocando-se como o quinto maior destino. Pelo lado das importações, houve queda de 5,5% em relação a 2018, e as principais compras foram de naftas, óleos brutos de petróleo e óleo diesel, além de automóveis e fertilizantes. Os maiores fornecedores foram Argentina, Estados Unidos e China.

Tabela 5.2.4 – IPCA – RMPA

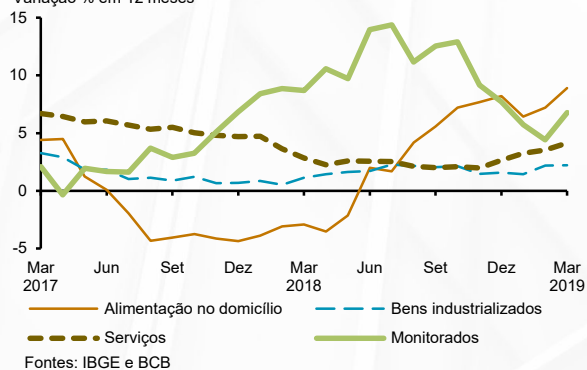
Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % no período			
		2018	2019		
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	2,60	0,52	0,56	1,41
Livres	74,6	1,58	0,08	1,35	1,55
Alimentação no domicílio	17,9	3,32	-0,06	2,45	2,94
Bens industrializados	23,6	1,44	-0,17	0,56	0,36
Serviços	33,1	0,78	0,33	1,32	1,65
Administrados	25,4	5,60	1,78	-1,65	1,02

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2019.

Gráfico 5.2.5 – IPCA – RMPA

Variação % em 12 meses



O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) acelerou no primeiro trimestre de 2019, em comparação com o último de 2018, resultado de elevações tanto nos preços livres quanto nos administrados. No primeiro segmento, destacaram-se os aumentos nos preços de alimentação no domicílio, especialmente feijão, alimentos *in natura* e alimentos semielaborados (leite longa vida, carnes bovina e suína). Adicionalmente, impactou o comportamento dos preços livres, a elevação sazonal dos custos com educação. Dentre os preços monitorados, assinala-se concentração de aumentos de preços de itens com representatividade relevante, no período – de energia elétrica residencial, ônibus urbano, plano de saúde e taxa de água e esgoto. O índice de difusão do IPCA atingiu 55,4% no trimestre, ante 51,1% no anterior.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMPA acumulou variação de 5,18% em março (2,75% em março de 2018), a mais elevada dentre todas as regiões metropolitanas pesquisadas. Observou-se reversão significativa nos preços de alimentação no domicílio (de -2,91% para 8,90%). Houve aceleração dos preços de bens industriais e de serviços, permanecendo, contudo, o comportamento benigno observado ao longo dos últimos trimestres para esses segmentos.

